

## Entrevista com o Professor Diego Rafael Canabarro sobre Tecnologia e Cibersegurança

*1) Tendo em vista o desenvolvimento e a crescente utilização da 5G e de tecnologias relacionadas, como a Internet das Coisas (IoT), a Computação de Borda (edge computing) e a Inteligência Artificial (IA), podemos esperar nos próximos anos a criação de algum marco regulatório em conjunto entre países da América Latina, a exemplo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia? Além disso, o cenário político atual da região pode ser visto como um grande empecilho para que haja cooperação nesse assunto?*

Essa primeira pergunta trata do que chamamos de tecnologias emergentes, e para avaliarmos se é factível a criação de um marco regulatório conjunto na América Latina para tratar dessas tecnologias, precisamos levar em consideração suas características e a desejabilidade ou não de regulamentação específica para cada uma delas. As tecnologias emergentes evoluem muito rápido e são desenvolvidas de forma distribuída por vários atores do ecossistema de Governança da Internet (GI). Assim, embora sigam determinados padrões (que são múltiplos) feitos em organizações técnicas, elas não são desenvolvidas de forma unívoca e nem em um único lugar, sendo portanto muito variáveis. Consequentemente, não existe uma única possibilidade de fazer dispositivos de IoT e a IA tem aplicações inúmeras, de forma que é difícil imaginar que um marco regulatório único consiga dar conta dos detalhes de um universo tão variado de dispositivos, tecnologias, aplicações, etc.

No entanto, podemos pensar em marcos regulatórios para proteger direitos fundamentais das pessoas, sem necessariamente entrar nos detalhes do desenvolvimento tecnológico, como é o caso da GDPR na União Europeia. Ainda

assim, é difícil pensar que consigamos avançar para a uniformização de um marco latino-americano no campo dessas tecnologias emergentes. Os diversos Estados da região têm avançado em discussões sobre proteção de dados pessoais, direitos do consumidor e regras para a comercialização e distribuição desses dispositivos.

Creio que o cenário político atual na América Latina é um empecilho para a cooperação no contexto das tecnologias emergentes, devido à extrema polarização entre direita e esquerda e entre países a favor e contra a Venezuela. Também há dinâmicas eleitorais que estão prestes a ocorrer na região e conflitos em torno da possibilidade ou não do uso dessas tecnologias de IA, como a aplicação algorítmica para impulsionamento de conteúdo em redes sociais.

Não há um consenso sobre o que podemos ou não fazer. O reflexo disso são as grandes batalhas que estão sendo travadas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em torno das fake news no caso brasileiro e de discussões relacionadas à tributação e outros serviços na região da ALC, que têm colocado os diferentes países em rota de colisão a respeito do que pode e do que não pode ser feito em torno das grandes plataformas digitais e serviços de internet.

Então acho difícil que haja uniformização e cooperação, o que não significa que o assunto não é tema de debate em diversas instâncias onde essa harmonização e essa cooperação é buscada. Por exemplo, em fóruns de GI e espaços como o MERCOSUL e a OEA, todas essas tecnologias emergentes são objetos de estudo, de investigação e de prospecção a respeito do que seria uma harmonização e cooperação entre os diversos países nessa área. Entretanto, trata-se de uma fase inicial e dificilmente vamos ver no curto prazo a adoção de quadros regulatórios abrangentes e fechados em torno dessas tecnologias emergentes na América Latina.

*2) O Brasil é um dos poucos países que conseguiram consolidar com sucesso um modelo multissetorial de governança da internet (GI), o que é visto como exemplo por vários países e lhe confere uma grande credibilidade em discussões de GI no mundo todo. Entretanto, o cenário atual brasileiro no Sistema Internacional é desfavorável, devido à visão conservadora/extremista do governo em relação a várias questões de relevância internacional, como a preservação da Amazônia. É possível que isso afete a imagem*

*do Brasil na área de GI? E podemos esperar alguma cobrança internacional no IGF (Internet Governance Forum), a ser realizado em novembro em Berlim?*

Para responder a essa pergunta, precisamos levar em consideração que o Brasil historicamente desenvolveu um modelo multissetorial de GI. O auge do reconhecimento desse modelo ocorreu entre 2013 e 2015, no processo que culminou com o Encontro NETmundial em 2014, quando, diante das revelações de Snowden, o Brasil, junto com organizações técnicas, tomou a liderança para defender a democratização da GI no mundo. O Brasil queria expor para o mundo seu modelo multissetorial baseado em princípios. No entanto, já faz cinco anos que isso aconteceu, e desde então o Brasil está em uma espiral descendente de solidez institucional e de respeito a princípios fundamentais e democráticos. Enquanto isso, o sistema de governança global da internet evoluiu muito mais rápido do que a narrativa histórica consegue sustentar em relação ao sucesso do modelo multissetorial de GI no Brasil.

O sucesso brasileiro é enorme no que diz respeito ao desenvolvimento da tecnologia e infraestrutura, aplicação de recursos do .br para capacitação das pessoas e desenvolvimento de capacidades dos operadores das redes de internet no país, através de temáticas que vão desde melhores práticas de segurança e roteamento até a implementação do IPv6<sup>1</sup>. Tínhamos bastante destaque na região por conta dessas iniciativas de matriz mais técnica, mas no que diz respeito à interface entre tecnologia, economia, sociedade e política, podemos dizer que cada vez mais o modelo brasileiro tem sido inefetivo.

Esse modelo é baseado na figura central do CGIbr (Comitê Gestor da Internet no Brasil) de 2003, que avançou pouco em termos de desenvolvimento institucional em direção a comportar maior participação, representatividade e pluralidade dos stakeholders que fazem parte desse ecossistema que é a internet. Isso prejudica a qualidade das decisões que tomamos sobre políticas públicas relacionadas à internet. A ausência de protagonismo do CGIbr nos últimos anos acabou gerando um maior protagonismo do congresso e diligência da Anatel. Portanto, é absolutamente necessário que as forças políticas relacionadas à internet no país

---

<sup>1</sup> Versão mais atual do protocolo IP.

reajam, caso contrário veremos cada vez mais desaparecer esse soft power que o Brasil tem na governança global da internet.

Não acho que especificamente no IGF os atores estejam interessados em cobrar do Brasil qualquer posição, sobretudo porque a agenda do IGF é muito mais dinâmica e focada em problemas e questões de políticas públicas concretas, e muito menos preocupada com aspectos institucionais e o arcabouço existente em um país individual. O fórum vai tratar basicamente de questões relacionadas à criptografia, dados pessoais, e uma agenda de comércio internacional. Além disso, uma cobrança política em relação à Amazônia demandaria uma energia muito grande dos atores.

Vários outros países já têm modelos sólidos e consagrados de GI multissetorial; é uma tendência que está se espalhando pela ALC, e o Brasil tem se transformado de um líder nesse processo em um pária, pela simples dificuldade de continuar tomando a liderança, protegendo e promovendo o modelo multissetorial de GI. Pelo contrário, as medidas adotadas pelo governo atual brasileiro têm jogado contra esse papel, mas não acredito que ninguém vá cobrar o Brasil. Pelo contrário, trata-se de uma questão para a qual os próprios brasileiros precisam se organizar, retomando o rumo da popularização, promoção e defesa do multissetorialismo. Se não fizermos isso, ninguém de fora vai fazer por nós, porque no fim das contas, isso é política internacional.

*3) Nos últimos meses, temos observado uma grande tendência por partes dos EUA e de alguns países aliados de utilizar questões relacionadas à segurança e à privacidade de dados como justificativa para restringir a atuação de empresas de telecomunicações chinesas em seus mercados internos. No entanto, essas abordagens nem sempre refletem as políticas internas de proteção de dados dos cidadãos nesses países. Podemos dizer que a preocupação com a utilização correta de nossos dados pessoais está se tornando, além de uma agenda global, uma ferramenta política para grandes Estados? E como poderíamos evitar que isso gere uma distorção dos reais objetivos dessa agenda?*

A agenda de proteção de dados pessoais é uma agenda antiga, não é uma tendência atual. Ela vem avançando como tendência na Europa desde a década de 1970 e no mundo inteiro desde a década de 1990. Mais recentemente, depois dessa

dinâmica de escancaramento inequívoco de vigilantismo pelo mundo (a partir do caso Snowden), a agenda de proteção de dados pessoais das comunicações privadas ganha um papel central nos debates sobre a internet e a era digital. Mas não se pode dizer que só agora ela passa a ser uma dinâmica para a inserção política dos grandes Estados na política internacional.

A Europa, o Japão e os EUA fazem isso desde o final da década de 1980 e início da década de 1990 como um instrumento para dar vantagem política às suas empresas. Os EUA agora utilizam essa crítica em relação à Huawei, mas não podemos perder de vista que eles estão por trás do maior escândalo de espionagem da população de todo o planeta, e que foram empresas americanas essencialmente que viabilizaram a política vigilante que os EUA inaugurou sobretudo após o 11/09.

Na prática, é difícil falar de distorção dos objetivos dessa agenda, porque não há uma única agenda de proteção de dados pessoais. Apesar de o tema ter vinculação direta com a proteção e preservação de garantias e direitos fundamentais das pessoas, essa agenda sempre foi conciliada ou balanceada com assuntos como o livre fluxo de dados pelo planeta, que é de matriz mais anglo-saxã e norte-americana, no sentido de que o livre fluxo mundial de dados e informações é essencial para viabilizar atividades econômicas.

Em outro extremo, temos uma dinâmica mais próxima dos países autoritários de querer proteger a soberania das comunicações nacionais e de proteger a entrada e saída de fluxos de dados na sua fronteira. Isso é uma dinâmica que vem da década de 1980, no contexto da liberalização do setor de telecomunicações, e os europeus entram nesse contexto. Mas a proteção de dados para eles nunca foi só proteção de dados pelo fato de que o tecido social na história da evolução dos Estados Europeus gerou uma contraparte ao poder do Estado maior do que em outros lugares. Na verdade, a restrição do uso de dados no continente europeu também vem historicamente marcada por um contexto de globalização e de disputa geopolítica, geoestratégica e econômica de empresas estadunidenses, europeias e asiáticas em relação ao avanço da digitalização, começando em meados da década de 1980 em diante. Então os próprios europeus utilizam a ideia de proteger direitos das populações com o objetivo distorcido de buscar a criação de obstáculos ao avanço e protagonismo de empresas asiáticas e estadunidenses no mercado europeu.

Isso não significa que proteção de dados não tenha um real objetivo. O fato é que as estratégias adotadas pelos diferentes Estados sempre utilizaram essa agenda para lançar outras agendas e outros objetivos que às vezes não ficam muito transparentes para as populações e para a audiência em geral.

*4) A crescente aplicação de novas tecnologias no mercado financeiro e em diversos setores econômicos, tais como blockchain, realidade virtual ou aumentada, automação de processos industriais e da agricultura, está modificando profundamente a forma como as mais diversas mercadorias são produzidas. Podemos esperar grandes impactos dessas tecnologias nas dinâmicas do comércio internacional durante os próximos anos?*

Ainda não sabemos para onde essas tecnologias emergentes vão caminhar e o que elas vão gerar em termos de dinâmicas sociotécnicas para todos que pensam e estudam fenômenos sociais, políticos e econômicos, seja no âmbito doméstico, regional ou internacional dos Estados. Mas podemos dizer que, cada vez mais, não nos próximos anos, mas no presente, esses temas têm permeado a agenda substancial do comércio internacional e discussões em organizações como a OMC e processos como os do G7. Por exemplo, a última declaração do G7 tratou, basicamente, de questões tributárias e da forma de cobrança e de prestação de contas pelos atores no mercado nacional dos diversos países. Além disso, o tratamento a ser dado às novas modalidades de serviços financeiros online tem ganhado uma grande preocupação do G20. Portanto, o setor de finanças e de comércio é provavelmente aquele que vai determinar os rumos mais substanciais da evolução GI na era digital. Isso porque, além de esses serviços estarem sendo muito impactados, eles têm ligação direta com a consolidação de novos modelos industriais e de novas práticas do mercado de trabalho. Então podemos esperar que discussões que hoje estão sendo feitas venham a mudar o futuro das dinâmicas de comércio internacional.

Mas, novamente, não se trata de um fenômeno novo. A OMC, desde o início dos anos 2000, já tem se preocupado com fluxos de comércio internacional que se estabelecem por meio ou com o apoio de tecnologias digitais. Produtos e serviços desenvolvidos por plataformas e ferramentas digitais têm cada vez mais mobilizado as discussões em torno de temas como a remessa internacional de lucros e dividendos, a forma com a qual se definem os requisitos para cobrança de

tributos para a comercialização de produtos e serviços por meio da internet e assim por diante. Portanto, este é um campo de estudo muito rico e um objeto empírico que está em pleno desenvolvimento e que precisa cada vez mais ser assimilado pela agenda contemporânea de estudos no âmbito das Relações Internacionais.